

# Revolução

## OS PIDES SÃO ASSASSINOS

### NÃO AOS TRIBUNAIS FANTOCHES



## JUSTIÇA POPULAR

### MORTE À PIDE E A QUEM A APOIAR

## PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

## ANÁLISE À ACTUAÇÃO DO PRP

Camaradas

Neste tempo de relativa acalmia em que as correntes políticas deitam contas à vida e ensaiam novas táticas, também o P. R. P. deverá aprofundar uma retrospectiva crítica e sincera do que tem sido a sua acção pós legalidade.

Considero a autocritica absolutamente necessária. Não a autocritica do tipo «Maoísta» — género confissão na igreja em que se alivia a alma para repetir mais tarde os mesmos pecados. Sim a autocritica que procura corrigir com vista a uma finalidade concreta e baseada na análise da realidade de facto.

Entendo que o P. R. P. é a única organização que verdadeiramente pretende a alteração das estruturas sociais. Não por uma via utópica de reformas sociais, mas sim resultante da revolução social.

Sendo assim, há que acreditar que em Portugal existe o partido necessário à Revolução.

Portanto, temos aqui e agora os verdadeiros comunistas sem os quais a Revolução será um nado morto. Nado morto, que ao mesmo tempo quer dizer absorvida pelo reformismo de todas as espécies e tonalidades. Isto a manter-se a actual situação de intervenção do partido na orgânica social.

Não tenhamos ilusões! A grande capacidade de análise e a sua capacidade de intervenção nunca bateram a compasso. Esta é uma realidade que temos que reconhecer, por muito que nos custe.

Durante estes dois anos nada aconteceu tão certo que não tenha com grande antecedência sido previsto pelo P. R. P. É evidente que se sabe reconhecer a correcção dos projectos e análises do P. R. P. como decorrentes da sua opção revolucionária. É evidente que as outras formações políticas também poderiam chegar ao mesmo conhecimento analítico do P. R. P., mesmo abstraindo a posição de

classe que vindo à superfície a todo o momento (especialmente nas grandes crises) fazem com que o reformismo seja sempre a única saída encontrada para evitar uma dinâmica decorrenteda análise... que nesses casos só poderia ser um programa revolucionário. Para não irmos mais longe seria o mesmo que querer prever o desaparecimento do centrismo, para dar lugar a dois blocos no campo operário: a ver, o reformismo P. C., reformismo M. E. S./J. D. P., posição revolucionária: P. R. P. e outras organizações que aceitem a ditadura da classe e a violência da própria classe para alcançar o poder.

Mas é evidente que as coisas para já não são assim. Até agora o que temos visto é a frente cerrada das outras organizações da esquerda — mesmo com capa revolucionária — atacarem as propostas organizativas do P. R. P. Recordemos, por exemplo, os conse-

Continua na pag. 10

### ESCLARECIMENTO

Recebemos do Conselho de Trabalhadores da GADOR uma carta que continha uma critica ao «Revolução» por no número do dia 6/1/77 no balanço das lutas de 1976 não termos focado a luta que estes camaradas travaram.

Não foi nem por esquecimento nem por a considerarmos menos importante que as outras lutas que apresentámos, mas porque a GADOR é uma empresa têxtil e o balanço deste sector foi feito independentemente, não tendo sido focadas as lutas pontuais que se desenrolaram durante 76, mas feita uma pequena análise das suas causas (como diziamos no início do artigo).

Devido à falta de espaço não nos é possível transcrever a carta que recebemos. No entanto neste esclarecimento e no breve resumo da luta da GADOR que fazemos num artigo incluído neste número do «Revolução», pensamos focar os pontos essenciais da carta que nos foi enviada.

A Redacção do «Revolução»

Revolução

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
 MORADA .....  
 LOCALIDADE .....  
 PROFISSÃO .....

PAÍS Semestral — 110\$00  
 Anual — 220\$00

ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00  
 Anual — 800\$00

Pagamento

Em cheque   
 Em vale

### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUIS LIVRARIA - BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ

LÊ OU COMPRA LIVROS

DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
 Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

### Sª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
 Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Santa Maria, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Cond e de S. Salvador, 374  
 Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade e 60r/c  
 Tel. 83099

### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo n.º 142  
 Tel. 24149

ARGEA — Tel. 92169

### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, 40  
 ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 — Algés de Cima  
 Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro N.º 16-17 Tel. 2512807

PAREDE — Rua Gomes Freire de ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525  
 CACÉM — E. de Paço de Arcos, lote 16, loja. T. 2945096

### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3  
 Tel: 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10  
 2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A  
 SINES — Rua Marquês de Pombal, n.º 86 Tel. 62980

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998  
 ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reiitor Teixeira Guedes, n.º 35 — Tel. 24107

OLHÃO — Rua 16 de Junho, n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043  
 PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658  
 MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique.

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio 24735  
 ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017



# SÁ CARNEIRO

## RENASCIMENTO EM ESPANHA

Sá Carneiro, dirigente em crise de um partido em crise, foi a Espanha revigorar a sua posição e a do P. S. D. As suas declarações contra o Governo português e a recepção ministerial de que foi alvo tocaram profundamente o P. S.

Isto conjugado com a criação da Associação Social Democrática Ibérica ilustra o isolamento que atingiu o P. S. D., de tal modo que o seu dirigente máximo teve de recorrer a auxílios de sectores estrangeiros ainda não referenciados nas duas grandes correntes capitalistas europeias que o ajudem a reencontrar o espaço político perdido.

### AS AFIRMAÇÕES E O SEU SIGNIFICADO

O leader do P. S. D. foi feroz nos ataques ao Governo pela incapacidade deste de sustentar a queda na bancarota para a qual alertou. Autoproclamou-se como a força capaz de realizar essa travagem, pois o P. S. não a poderia fazer pelas contradições entre as medidas a tomar e o seu programa ideológico.

Propôs como alternativa a formação de um Governo C.D.S./P.S.D./P.S., repudiou as acusações de que teria procurado promover um governo presidencialista, e foi mais longe defendendo que não queria militares no Governo. (Nem mesmo uma excepção para Eanes?)

Todas estas afirmações indicam uma possível desistência provisória da tática adoptada aquando da votação do Plano e Orçamento, enveredando por uma sobrevivência em conjunto com os «partidos democráticos».

Numa altura em que o P. S. almeja administrar os empréstimos (e as respectivas condições) dos E. U. A. e da R. F. A., as actividades e afirmações do P. S. D. não vão contribuir para a «estabilização democrática». Contudo, como essa estabilização nos termos acordados nos negócios dos empréstimos, pressupõe em certa medida a queima da etapa P. S. D., este Partido, ao tentar fazer estremecer o negócio, pretende apenas insinuar-se nele como mais um interlocutor necessário.

### REACÇÃO DO C. D. S.

Interessante é a reacção deste partido, ao qual a recente formação do PAP e do MIRN veio dar uma fachada menos fascista.

O C. D. S., obviamente encantado com a diminuição do espaço e da força do P. S. D. e com as condições impostas pelo imperialismo que o beneficiam na busca do poder, reagiu também negativamente às afirmações de Sá Carneiro, que rotulou de «infortunadas e infelizes».

O C. D. S. apareceu dialogante com o P. S., e ao atacar o P. S. D. pelas críticas que fez reforçar esta posição de apoio que se oferece ao Governo contra as «irreverências» de Sá Carneiro.

Esse apoio, que o C. D. S. sabe que o P. S. terá de aceitar mais cedo ou mais tarde, não se porá de forma tão linear se o P. S. D. se conseguir de novo estabelecer, como «ponte» a nível político entre o «Socialismo em Liberdade» e a «Economia do bem estar».

posta pelos benfeitores das finanças portuguesas.

Tal como o C. D. S. não pretende que o Governo caia já, para evitar uma etapa que não hegemonizaria, também o P. S. pensa que com o P. S. D. sem força há mais probabilidades do tempo do seu Governo se alongar até (segundo ele), a crise ser ultrapassada.

É importante notar que depois desta tempestade, dirigentes do P. S. D. aconselham o P. S. a não se deixar levar por histerismos que «comprometam a única possibilidade séria de democracia em Portugal — o concreto entendimento entre os partidos democráticos e que sempre deverão actuar como tal» (Rui Machete ao Expresso).

É esse entendimento que o P. S. teme, pois sabe que não o dominará e está efectivamente histérico pois não só os seus negócios foram imiscuidos como há rivais que lhes estão muito próximos e de quem receia a demonstração de nos gerirem melhor.

### O PARTIDO NO GOVERNO

O P. S. ficou alarmado pelo espectacular reaparecimento e reagiu violentamente por todos os meios que controla.

O P. S. também sabe que as contradições entre o seu programa ideológico e o programa de Governo existem, que a distanciação entre as cúpulas e as bases aumenta, que, inclusive, a formação dos seus técnicos não é a mais indicada para o restabelecimento da economia de mercado im-



Sá Carneiro, dirigente em crise de um partido em crise, deslocou-se a Espanha. As suas afirmações provocaram uma tempestade.

## DEBATES

No sentido da decisão tomada no último plenário de responsáveis do Partido estão-se a realizar por todo o País debates para esclarecer e aprofundar a análise da actual situação política e a tática do PRP.

**DIA 21 — QUINTA MORGADO (Encarnação) no Clube Atlético da Encarnação às 21 horas**

**DIA 22 — VALE DO GUIÃO às 21 horas**  
— PORTO na Escola do Bom Pastor às 21 horas  
— VAGOS

**DIA 27 — GAFANHA DA NAZARÉ**

## NOTAS BREVES

### O PCP E A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Uma nota da SI do PCP divulgada no dia 12, refere-se às negociações com o imperialismo levadas a cabo por Soares nos últimos tempos, e onde aponta formas que pensa poderem ultrapassar a crise. O PCP afirma que «a solução da crise económica exige um grande esforço do País, de todo o País, e especialmente das classes trabalhadoras». Avança ainda que «é na unidade das forças democráticas (...) que têm de ser defendidos os objectivos, (...) organizado o trabalho, conjugada a acção do Estado com a iniciativa das massas (...)».

Depois da descrição da situação económica, cujas culpas atribui essencialmente ao VI Governo, o PCP indica estar disposto a colaborar na exploração dos trabalhadores a bem do «País» e da solução da crise do capitalismo, desde que seja incluído na administração dos lucros que daí advenham.

Ainda neste caso, o Estado pode contar com o apoio de massas (do PCP). Não estará esta oferta (em busca de juros) do «esforço dos trabalhadores» relacionada com as pressões do imperialismo pela formação de um contrato social Governo-Sindicatos-Empresas?

### KALININ NA MADEIRA

O embaixador russo em Portugal encontra-se no Funchal, onde a Flama desfraldou a bandeira à sua chegada.

A sua estadia no hotel Sheraton desta cidade tem sido «saudada» constantemente pelos separatistas, muitos deles identificando-se como pertencentes à JSD.

O acontecimento mais marcante desta visita foi sem dúvida o facto dos presidentes da Assembleia Regional e da Câmara Municipal e o Chefe do Governo Regional se terem recusado a cumprimentar o diplomata soviético quando este chegou ao Funchal.

### PCP (ML) EM CONGRESSO

Os meninos engratados do único grupo m-l português reconhecido pelo PC chinês, realizaram um congresso donde saíram propostas de Governo para solucionar a crise:

uma lianção PS/PSD/CDS. Assentes todas as teses no combate ao social-imperialismo russo, o PCP (ML) acusa o Governo de conciliação com o «social-fascismo» (bem gostaria o PC que fosse verdade!). E remata com a proposta governamental copiada da tática actual do PSD.

Este congresso foi precedido de uma campanha publicitária apadrinhada pelos jornais de direita tendo como motivo a suposta agressão feita a um destes «meninos» por um perigoso agente da KGB que actua no nosso país com armas ultra-secretas em forma de «spray» e disparado de passageiro de um barco para o Montijo.



e a actualidade nacional

# A SITUAÇÃO POLÍTICA EM DEBATE NA UPEL

Realizou-se no passado dia 13, na UPEL, um debate público organizado pela DORL do PRP que se destinava a analisar a actual situação política e a tática do partido.

Antes de iniciar o período de discussão, o camarada Pedro Goulart fez uma pequena introdução política e económica e deu a conhecer qual a tática do partido neste momento.

Na análise da situação económica foi denunciado o papel que os empréstimos estrangeiros virão desempenhar no nosso País. Estes empréstimos com que a burguesia no Poder procura ultrapassar e vencer a crise económica terão como consequência inevitável uma inflação galopante, um aumento considerável dos despedimentos, a necessidade de exigir aos trabalhadores que produzam mais.

Estas medidas levarão a uma desistência por parte dos trabalhadores à qual o Governo terá de responder com uma repressão violenta.

É a necessidade desta repressão a razão principal do constante movimento para a direita do Governo PS. Numa futura remodelação que se anuncia, homens como Marcelo Curto por exemplo serão ultrapassados e substituídos por outros mais à direita.

Do actual elenco ministerial, Barreto e Cardia certamente poderão vir a servir o Governo remodelado.

Depois de mais algumas notas sobre o avanço da direita (os saneamentos na Região Militar do Norte, etc.) o camarada Pedro Goulart apresentou as duas alternativas de esquerda que se põem neste momento em Portugal. Uma, a do PCP e UDP, reformista-stalinista, cujo projecto consiste em criar uma sociedade em que o partido (ou o PCP ou o PCP(R)) venha a dominar. A outra, a do PRP e de outros militantes revolucionários, que reconhece uma sociedade em que sejam os organismos dos trabalhadores, conselhos ou soviets a tomar e exercer o Poder.

Foi depois dada uma visão da tática do partido, tendo-se focado a necessidade de se criar uma alternativa revolucionária unitária e de massas que o actual MUP não preenche e de se fazer alianças com sectores que não sendo revolucionários se mostram descontentes e receosos com o actual avanço do fascismo e que poderão vir a ser aliados do proletariado na luta antifascista.

Em seguida iniciou-se o debate onde das próprias questões levantadas pelos camaradas presentes foi possível discutir-se vários problemas

entre os quais a Reforma Agrária e os sindicatos.

No primeiro caso foi analisado o processo da Reforma Agrária, os erros cometidos, o papel do PC e as recentes medidas repressivas do Governo.

Responsabilizou-se o PC e a sua política que nunca contou com a consciência dos trabalhadores mas sempre com o seu seguidismo, do facto de hoje alguns trabalhadores rurais se terem deslocado para o PS ou alguns mesmo para o PPD e o CDS.

Quanto aos sindicatos foi frisada a preferência que o PRP dá às comissões de trabalhadores por estas serem órgãos eleitos em assembleia de trabalhadores e por a sua estrutura ser uma garantia de um constante e efectivo controlo destes. Os sindicatos por seu lado são órgãos puramente reivindicativos que numa sociedade capitalista apenas servem para negociar com o patronato e que devido ao seu funcionamento fogem completamente ao controlo dos trabalhadores. Foi no entanto ressaltado o caso dos sindicatos de sectores não directamente ligados à produção, forma de organização que pode desempenhar um papel importante na luta contra o avanço da direita e do fascismo.

O debate prosseguiu, tendo-se discutido outros pontos que o camarada que fez a introdução tinha focado — os empréstimos, a questão das alianças e o significado da evolução da posição política de vários sectores profissionais com o decorrer do processo português.



O ministro das Finanças Medina Carreira no acto de posse dos vices-governadores do Banco de Portugal

# NOTAS BREVES

## ROSA COUTINHO SUSPENSO

A continuação da escalada contra todos os militares que tiveram algo a ver com o 25 de Abril passou desta vez pelo almirante Rosa Coutinho, suspenso da Armada, e mandado comparecer no Conselho Superior desse ramo das F.A.

Se bem que não hajam acusações formuladas contra ele, já são muitos os que na Imprensa reaccionária pedem a sua cabeça...

Por outro lado, Rosa Coutinho enviou, na mesma data da nota que o suspendeu, um documento ao CE-MA em que denuncia as acusações falsas de que é alvo no relatório das sevícias.

Relembramos que o compromisso de não intervenção da Armada foi um dos factores que permitiram o sucesso do golpe reaccionário de 25 de Novembro. Esse compromisso permitiu que certos oficiais considerados progressistas se mantivessem no activo, mas, pelos vistos, não por muito tempo.

## SOBRE OS EMPRÉSTIMOS

O Governo continua a negar que lhe estejam a ser impostas condições pelos futuros credores do grande empréstimo de 45 milhões de contos.

Facto curioso é que os elementos do Fundo Monetário Internacional que vêm negociar com o Governo ainda não chegaram todos a Portugal, o que implica que as condições ainda não foram totalmente acordadas.

Contudo, o Governo já está a levar à prática, nuns casos, e a estudar, noutros, medidas que têm sido exigidas em casos semelhantes, como sejam pagamento das indemnizações aos accionistas das empresas nacionalizadas, análise da liberalização progressiva do comércio externo e interno e da hipótese da desvalorização do escudo, projecto da instituição em Portugal de um contrato social Governo-sindicatos-empresas, etc.

Parece que o Governo está assim a antecipar as medidas que convém aos imperialistas, para depois vir dizer que não foram eles quem, de facto, lhes impuseram.

## MEDINA CARREIRA

O ministro das Finanças Medina Carreira no acto de posse dos vice-governadores do Banco de Portugal elogiou os investidores com um calor que há três anos não ouvíamos de membros do Governo. Disse nomeadamente: «O investidor privado (...) entrou em crise de confiança que é urgente ultrapassar (...) Normalmente descapitalizando nos seus negócios, ultrapassado pelo poder de facto surgido dentro das empresas (...) raramente sobrevive na sua plenitude funcional».

Enquanto o chamamento aos capitalistas assume esta forma, o sr. ministro descobriu uma maneira «original» de solucionar o problema monetário:



«Importa manter a concorrência entre as diferentes unidades do sistema bancário». Ora isto é proposto quando a banca (ainda) está nacionalizada, ou seja, com uma gestão única. O que significa simplesmente isto: o sr. ministro considera necessária a existência de Banca privada...

## REABERTURA DA BOLSA

O Conselho de Ministros deliberou abrir, no dia 28 de Fevereiro, a Bolsa de Valores de Lisboa que, segundo o comunicado oficial, o Governo considerou «necessário e urgente pôr em pleno funcionamento» (...) «como instituição auxiliar de crédito, tão importante para o relançamento da economia nacional, pela influência que poderá vir a exercer na satisfação das necessidades financeiras das empresas».

Esta atitude significa o apostar na via do fortalecimento do capitalismo privado.

Claro que o Governo afirma que irá evitar que a Bolsa se torne um centro de especulação, ou seja, que sirva para aquilo para que foi criada.

Há algum tempo, a abertura da Bolsa originaria uma grande baixa das cotações, motivada pelo aumento vertiginoso da oferta de acções, pois não havia condições que levassem os capitalistas a confiar na operância governamental.

Agora, depois das indemnizações oferecidas aos accionistas, com a submissão do Governo ao imperialismo, e com a promessa da repressão sobre os trabalhadores, o Governo pensa que já há condições para os capitalistas terem confiança suficiente para voltarem à Bolsa sem que nela haja grandes desequilíbrios. Esta é mais uma medida em que o Governo P.S. pode ser acusado pelo C.D.S. de lhe estar a roubar o Programa...



# VALE DO SORRAIA (CORUCHE) BARRETO DE MÃOS DADAS COM A CAP

O Vale do Sorraia é uma extensa zona agrícola ribatejana, extremamente fértil, que beneficia de obras de regadio ainda efectivadas durante o regime fascista. Foi nacionalizada após o 25 de Abril, pois os grandes agrários que o possuíam nunca pagaram ao Estado a taxa acordada pelas referidas obras. Contudo, essa nacionalização existe apenas no papel no que respeita acerca de 12 mil hectares que estão de facto ainda na posse dos latifundiários. Para concretizar a entrega dessas terras aos que a trabalham, existe em Coruche uma Comissão de Gestão Transitória do Vale do Sorraia, onde 24 técnicos trabalhavam no sentido de transpor para a realidade o que consta da Lei da Reforma Agrária que o Governo se vangloria de ter feito.

Esses técnicos acabam de ser demitidos e substituídos por notórios reacçãoários.

## OS ACTUAIS DIRECTORES DO CENTRO

Um grupo destes técnicos despedidos emitiu um comunicado aos trabalhadores agrícolas do Vale em que denunciavam qual a nova Direcção nomeada em 16/12/76 para o centro de Coruche:

«Gomes da Silva: Actual director do Centro da Reforma Agrária de Santarém, que chegou a inspecção dos serviços agrícolas no tempo de Salazar e de Caetano e que subiu à custa dos processos disciplinares que levantou aos seus colegas de trabalho, durante todos estes anos;

Frazão: Actual sub-director do Centro da Reforma Agrária de Santarém, conhecido reacçãoário, mascarado de PS, e que os trabalhadores das UCPs bem conhecem pela defesa que este senhor faz dos interesses dos grandes agrários e sempre pronto a chamar a GNR para impôr aos trabalhadores a sua «Lei»;

Zuquete da Silveira: filho de uma das famílias mais fascistas de Leiria, cavaleiro taumático falhado, e grande activista do PPD lá do sítio;

Jorge Dias: filho dum grande rendeiro, cabeça de lista do PPD à Câmara de Coruche e eleito para defender os interesses dos fascistas lá da terra;

Licínio: pobre diabo, cínico e incompetente que de agricultura pouco ou nada sabe e da Reforma Agrária não quer saber;

E como se estes não bastassem, assistimos com surpresa, ao regresso de conhecidos lacaios que há seis meses tinham sido corridos do Centro de Coruche.»

## A ANTIGA COMISSÃO DE GESTÃO

Constituída quando Lopes Cardoso detinha a pasta da Agricultura, a Comissão de gestão agora destituída tinha já sido violentamente contestada no plenário da CAP em Rio Maior. O seu trabalho consistia em aplicar a lei da Reforma Agrária a todo o Vale do Sorraia, onde existem já cerca de 48 Unidades Colectivas de Produção, mas onde cerca de 12 mil hectares já nacionalizados se encontram, contra essa mesma lei, nas mãos dos latifundiários. Depressa a colaboração entre esta equipa e os trabalhadores das UCPs se tornou profunda, quer pelo apoio que os poucos meios técnicos permitiam dar na resolução de problemas ligados à produção, quer pelo esclarecimento que nos trabalhadores se ia solidificando no que respeita à defesa dos seus direitos à terra, aliás expressos na Lei, quer quanto à necessidade de se organizarem para essa defesa.

Junto destes técnicos os trabalhadores encontraram eco na denúncia de todos os actos provocatórios que eram alvo, como roubos de gado e de máquinas por fascistas com a protecção da GNR. Ora os planos da CAP para aquela zona são (como primeira etapa, claro), o parcelamento das terras, contra a colectivação que os trabalhadores levaram a cabo. Para isso tentam servir-se dos rendeiros e seareiros incitando-os contra as UCPs.

Acontece que a própria lei da Reforma Agrária prevê que esses rendeiros e seareiros têm direito à terra, mas fora das UCPs, sempre que as reservas a serem marcadas nessas herdades, as tornarem inviáveis economicamente.

Foi isto que os técnicos defenderam na prática. Foi isto que a CAP não quis. Por isso o governo passou por cima das suas próprias leis, e a 4/1/76 o secretário de Estado da Estruturação Agrária exonerou, por despacho e sem qualquer justificação, esta equipa. É de notar que, quando dum caso semelhante aconteceu em Portalegre, foi instaurado um inquérito para apurar as «irregularidades que teriam sido cometidas pelos despedidos. Neste caso não houve inquérito. O governo sabe que a única irregularidade foi ter sido levada à prática a constituição votada pelo partido que agora no Governo e na vertiginosa queda para a direita, a combate.

Estes despedimentos e a consequente recuperação capitalista na zona aconteceram porque o governo cedeu à CAP, mas também porque, como diz o comunicado «os trabalhadores e principalmente as suas organizações de classe, não foram capazes de avançar com formas concretas para barrar todo este avanço reacçãoário e em propor alternativas eficazes para por cobro a tudo isto, preferindo o caminho da conciliação, esquecendo-se que os fascistas não perdoam e que, como diz o povo quem os seus inimigos poupa, às suas mãos lhe morre».

## O PAPEL DO REFORMISMO

A propósito desta insuficiência organizativa e da conciliação denunciada no comunicado, anotemos qual o trabalho do PCP fortemente implantado na zona, que domina o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém.

O PC sempre aplaudiu a antiga CGT de Coruche de «esquerdista». Assim, quando o director do Centro da RA de Santarém foi notificado pelo MAP com um prazo de 45 dias para apresentar uma nova Comissão, os elementos do PC naquele organismo logo se



insinuaram no sentido de, por essa via, serem nomeados partidários seus para a nova direcção do Centro de Coruche. Para tal, o referido director, sendo reacçãoário, tinha contudo sido convidado ao Congresso do PC; para isso o PC promoveu (e promove) reuniões com trabalhadores onde os aconselha a não se manifestarem, a realizar apenas Comícios ou encontros em recintos fechados, a acatarem as directivas do Governo, a não se solidarizarem com os técnicos despedidos pois estes são «esquerdistas que pretendem apenas um banho de sangue para o nosso País!»

Claro que a jogada PC não ilude os patrões da CAP... dias depois surge novo despacho nomeando outro reacçãoário (o sub-director do CRA de Santarém, que não fora convidado para o Congresso do PC) para coadjuvar o primeiro na formação da nova direcção do Centro. Em resultado disso, esta surgira com a forma fascizante que tem. Mas nem por isso o PC protestou. Antes pelo contrário promove uma cortina de silêncio sobre o que se passa no Vale do Sorraia. Os seus negócios com o Partido do Governo passaram concertiza por ali...

## O AVANÇO DA DIREITA PROTEGIDO PELO GOVERNO

Para uma análise da recuperação capitalista promovida pela nova direcção da confiança de Barreto no Vale do Sorraia, damos mais umas notas soltas sobre os factos que aí se passam, alguns dos quais vêm expressos no referido comunicado:

A actual direcção ameaçou a Unidade Colectiva de Produção «República Popular de Angola» de corte de salários se os trabalhadores não mudassem o nome da sua herdade colectiva! (Este facto ilustra bem à histeria pró-Imperialista dos sequeazes de Barreto). Contudo os trabalhadores não cederam e conquistaram o crédito necessário.

«Roubaram terra aos trabalhadores da Herdade dos Pavões, UCP «Avante 25 de Abril», para dar ao seareiro Nunes «ratoeira», pai do Nunes que agora está no Centro de Coruche. Nesta Herdade, esteve a GNR desde o dia 13, para apoiar a colocação deste e doutro Seareiro.

A mulher do secretário de Esta-

do, Portas que «despachou» aqueles técnicos foi expropriada; o sogro, é proprietário de uma herdade estatal que à luz da lei existente devia passar para as mãos dos trabalhadores. O próprio Portas é sócio da SAGREB, empresa que actua em Elvas, em plena zona de Reforma Agrária.

Este mesmo senhor foi a Coruche tentar aliciar os trabalhadores das UCP, nomeadamente a UCP «Casas Novas», para que estes permitam a repartição das terras por seareiros a quem o Centro tinha marcado reservas noutros locais. Como se vê esta tentativa de provocar conflitos entre os trabalhadores da UCP e os Seareiros, que, afinal, não são seus inimigos, não parte só da CAP mas também do Governo.

— A primeira condição posta aos trabalhadores despedidos para a remota possibilidade de serem recolocados, é que se desvinculem do Comunicado distribuído. A recolocação é extremamente improvável, pois o Ministério está decidido a reduzir o número de cerca de mil e 600 funcionários do IRA para cerca de 150 expressos na lei orgânica. Esta lei é a que vigorava nas esturutas de política agrícola do regime fascista, pois a nova lei orgânica que tem estado para sair desde o 25 de Abril ainda não foi promulgada...

Terminamos citando ainda o comunicado:

«Nós, trabalhadores saneados e despedidos do Centro de Coruche (CGT do Vale do Sorraia) entendemos ser necessário, perante a situação que acabamos de descrever, tendo em conta a nossa responsabilidade para com todos aqueles com quem temos trabalhado e cujas lutas sempre apoiamos, alertar os trabalhadores do Vale do Sorraia, para todas estas manobras que se estão a preparar nas suas costas e que vêm no seguimento de muitas outras por esse país fora, e para as quais temos de encontrar formas práticas de resistirmos e lhes opor a nossa força organizada.»

**A terra a quem a trabalha  
Pela defesa e avanço da Reforma Agrária**

- Não às desocupações
- Não às desanexações
- Não à marcação de reservas dentro das UCPs.
- Unidos e organizados venceremos



# O FASCISMO CONQU

## PIDE - Continua a farsa

A farsa dos julgamentos dos PIDEs continua, quer com atenuantes quer sem elas, com uma ou outra lei. Há que reter esta experiência para quando momento chegar, se julgar, mas neste caso num julgamento popular, todos os intervenientes neste processo, sem atenuantes ou quaisquer argumentos que os possam livrar de enfrentar as suas responsabilidades.

Em 1926, logo a seguir ao golpe militar de 28 de Maio, é criada a polícia política PVDE; em 1945, Salazar muda-lhe a sigla, que passou para PIDE, começando nessa altura a tomar o seu mais porte cariz anticomunista, até como resultado das necessidades de momento, dado que essa altura coincidiu com a queda do nazismo, com a formação do MUD, de oposição a Salazar, para além de inúmeras movimentações populares.

A PIDE, começou portanto nessa altura, a existir debaixo de uma protecção legal, mas que lhe permitia ultrapassar as próprias leis. Começaram então as maiores torturas, as maiores perseguições a antifascistas, os assassinatos. A partir de 1962, com o agudizar da situação política, é exigido um reforço da PIDE, Silva Pais vai para o seu comando, e em 1963 começam-se a ver os frutos do investimento feito na Polícia Política, de tal modo que as suas capacidades já lhe permitiam fazer 1.300 prisões num dia...

Quando Caetano sobe ao Poder, é novamente mudada a sigla de PIDE para DGS, na tentativa infrutífera de fazer esquecer as enormes torturas e os assassinatos já cometidos, e também para responder às necessidades «democráticas» do momento. Porém, o sistema continuou, ainda mais feroz e sofisticado, a repressão aumentou, e a partir de 1971, multiplicam-se as relações internacionais, e os contactos com outras polícias políticas mundiais, para além de se preparar a vinda do sistema de computadores que seria utilizado nas escutas telefónicas, na escolha e tratamento de informações.

Agora, há quem pretenda esquecer tudo isto, e até quem proponha, segundo consta, a admissão de ex-PIDES, para os quadros do MURN, movimento de Kaulza de que falamos neste «Revolução».

### AS DEMISSÕES NA COMISSÃO DE EXTIÇÃO

Pouco depois da saída da lei 1/77 e por não concordância com ela, começam a surgir de missões na Comissão de Extinção, encabeçadas pelo general Ribeiro Faria, Presidente da Comissão, imediatamente seguido pelo brigadeiro Herminio Duarte Ferreira, adjunto de Ribeiro Faria e seu actual substituto, coroneis Carlos Alberto Gonçalves e Lorena Birne, tenentes-coroneis P:ssoa de Amontu, Vítor Silva e Mourisca, major Diogo Macha-

do e capitão Gamboa Alves.

O general Rocha Vieira na sua qualidade de chefe do Estado Maior do Exército aceitou somente a demissão de Ribeiro Faria por este oficial se encontrar na reserva e regeitou todas as outras, dado que são oficiais do activo e se encontram a desempenhar funções para que foram designados.

Assim se vai compreendendo melhor como é que o processo de julgamento dos pides e sua consequente condenação foi sendo sucessivamente sabotado. Os oficiais que tinham a seu cargo a Comissão de Extinção fizeram tudo menos tratar de extinguir a ex-polícia política, permitiram toda a farsa a que se tem assistido e até nela colaboraram.

Até agora há uma saída de direita, a de Ribeiro Faria. Esperemos que para o lugar de substituto não haja uma entrada ainda mais de direita...

### JULGAMENTO DO PIDE SEIXAS

Cerca de dois anos depois do 25 de Abril, já depois da fuga de Alcoentre, da tentativa frustrada de fuga da Penitenciária de Lisboa, não falando na «revolta dos PIDEs» antes do 28 de Setembro, nem de todas as outras inúmeras tentativas, começa aquilo a que se deu pomposamente o nome de «julgamentos» dos PIDEs.

Dos cerca de 2.000 PIDEs que estavam presos, restam umas escassas dezenas, os mais responsáveis, talvez, mas que esperam pelo menos ser tão bem sucedidos nos julgamentos como o foram os seus colegas. Este quadro,

que se nos depara negro, mais se torna ainda se tentarmos minimamente antever o que daqui se espera.

O já célebre julgamento do PIDE — Seixas, que mais uma vez viu a sentença adiada, vai continuando, enquanto as forças do seu advogado o permitam, porque os tribunais, esses tudo lhe têm permitido.

É de realçar o tipo de defesa feito pelo advogado pela provocação que em si mesma constitui. Assim, quanto ao desejo de justiça por parte dos que assistiam ao julgamento, afirma «todo o ódio dos portugueses vai para a PIDE, parece que não há mais que fazer neste país. É só PIDE, só PIDE, só PIDE, isto é uma doença». Para além de ter citado a Bíblia (!) lembrou as «infelicidades» das duas mil famílias que se viram sem sustento, (ignorando as centenas de milhar de desempregados, claro) e terminou com a frase bombástica, de que as duas infelicidades do Seixas, eram as de «ser um homem grande e ter um nome áspero». Calro é, que o dr. Ponte Valentim, não se esqueceu de referir a lei 8/75 como uma «lei impiedosa, uma autêntica força; há leis que em si mesmas são criminosas, porque fazem criminosos antes do julgamento».

### AS LIBERTAÇÕES

Desde o princípio de Dezembro, foram soltos mais 24 Pides, que saíram calmamente em «liberdade e segurança» conforme alguém lhes prometeu aqui há alguns tempos...

De todos os agentes até agora julgados, a pena mais elevada não é superior a 13 meses, com uma excepção (20 meses), o que lhes permite serem soltos imediatamente; há que acrescentar que, facto curioso, desde o fim das férias judiciais (e de Janeiro)

até agora, foram efectuados mais julgamentos, que durante todo o mês de Dezembro, chegando a serem ouvidos três Pides na mesma tarde. Mais coincidências...

Durante os julgamentos, e no mesmo sentido das afirmações do advogado de defesa de Seixas, chegou a ser afirmado que a PIDE era um organismo «político cívico», e que, «coitados» iam para a PIDE para poderem sobreviver.

### AS ATENUANTES

São atenuantes para os PIDEs, mesmo depois da saída da lei 1/77 promulgada por Ramalho Eanes, factos como por exemplo o ex-agente ter mais de 70 anos (realmente a pida sempre se preocupou com a idade dos presos que tinha em seu poder...) e no (artigo 6.º), ter o agente no Ultramar, após o 25 de Abril de 1974, prestado serviço às ordens das Forças Armadas, designadamente, na Polícia de Informação Militar, quando o comprovou por documento idóneo, passado pela entidade militar competente.

Por uma lado, uma lei que é aprovada em Janeiro de 1977 ainda fala no Ultramar. Saudosismo... Por outro, este parágrafo já constava na tal lei 349/75 tão contestada que permitiu a libertação dos PIDEs, e a única alteração que a lei 1/77 introduziu foi acrescentar um último pormenor, sobre os comprovantes. Sobre a Polícia de Informação Militar, na altura comandada por Spínola, lembremo-nos dos massacres de musseques em Luanda, do 7 de Setembro em Moçambique, factos a que, segundo consta, a tal polícia não foi alheia...

As atenuantes permanecem, foram retiradas as «mais» escandalosas...





# JUSTA A LEGALIDADE

## A BENEVOLENCIA PARA COM OS PIDES ESPELHO DA AMEAÇA FASCISTA

Não são só escandalosas as penas a que os «pides» têm sido condenados. Mais do que escândalo é sobretudo motivo de séria preocupação para todos os trabalhadores e revolucionários o facto da cúmplice benevolência dos julgamentos ser a expressão do avanço descorado das forças fascistas.

Com efeito o que se está a passar com os «pides» é apenas uma faceta desse avanço. O recurso ao terrorismo bombista, a fundação de partidos em

trabalhadores portugueses.

O PRP alerta uma vez mais os trabalhadores para que exijam o julgamento revolucionário dos «pides», a passagem à reserva de todos os militares solidários com a PIDE e o fascismo, denunciem os métodos pidescos com que actuavam diversas polícias como a Judiciária e a Judiciária Militar, imponham a liberdade e a reintegração nas Forças Armadas dos militares revolucionários e antifascistas, exijam a retirada dos soldados, chaimites

## A DIREITA-FASCISTA ORGANIZA-SE MORN E PAP

Alguns chamam-lhe direita radical, outros extrema-direita, mas a grande maioria concorda: é a direita, agora organizada num partido e num movimento que rapidamente se tornarão legais.

Ambas as organizações, não são alheias entre si, e têm até elementos como o dr. Valdez dos Santos, director do jornal de direita ao serviço dos patrões da C. I. P. «Economia e Finanças» que está ligado às duas.

Já várias tentativas foram feitas, para se tentar agrupar os elementos de extrema-direita (e ainda há muitos neste País), numa organização ou num partido como o é, actualmente, o P. A. P. (Partido da Aliança Portuguesa), desde Sanches Osório com o P. D. C. (Partido da Democracia Cristã) antes do 11 de Março e desfeito nessa altura por ordens do Conselho da Revolução, até ao Partido Conservador, balão de ensaio ou tentativa frustrada do Verão passado no Porto, cidade que se vem tornando antro de fascistas, e onde funcionará a sede nacional do P. A. P.

### QUEM SÃO ELES

Para além de Kaulza de Arriaga do M. I. R. N., já bem conhecido pelas suas posições de extrema direita desde os anos 50, aparecem no lançamento do P. A. P., homens como o dr. Manuel de Morais, que já na altura de Marcelo, era um opositor de direita, ex-deputado pelo C. D. S. à Constituinte, e que saiu deste partido. Aparecem ainda ligados a estes movimentos de extrema-direita, indivíduos como Morais Barbosa, que dirigiu a Acção Nacional Popular em Moçambique e África do Sul, com papel destacado na formação do M. I. R. N., Luís Arouca, director do semanário «Liberdade» suspenso a seguir ao 11 de Março pelos mesmos motivos que foi suspenso o P. D. C., e que agora é novamente editado, (a tal liberdade de Imprensa de que o ministro Manuel Alegre tanto fala), Sanches Osório, Jaime Nogueira, autor do livro «Portugal — os anos sem fim», José Pinheiro da Silva, director do jornal não menos fascizante «Vária 8» que agora suspendeu a sua publicação e a grande maioria destes «ilustres personagens» são membros activos da organização de direita africana O. A. L. (Organização África Livre) dominada por Jorge Jardim, com as inevitáveis ligações ao E. L. P./M. D. L. P. e, como tal, responsável pelas ofensivas contra os movimentos de libertação africanos das ex-colónias, ofensivas essas que se têm verificado não só através da via diplomática e de influência, como também e principalmente a nível de intervenção armada directa com massacres e invasões.

### O QUE PRETENDEM

Estas duas organizações, não é por

caso que aparecem só agora, e tão decididas a ficar perfeitamente legalizadas como as estamos a ver, dando conferências de Imprensa, fazendo declarações de princípios, e agitando a opinião pública com as suas posições. Conforme dissemos atrás, já houve mais tentativas que foram bem sucedidas, e estas agora, estão a entrar em força.

Pensamos que fundamentalmente os motivos que os fazem actuar da maneira que se tem verificado, são o verem aberto o campo de intervenção política para organizações do seu tipo, pois sabem de antemão que o Governo P. S., com os compromissos que já assumiu com o imperialismo nunca os poderia reprimir; a nível do próprio Conselho da Revolução, escândalos como o do almoço de Canto e Castro com Holden Roberto, já são quase que praticamente esquecidos, ou pelo menos passados para segundo plano, e o conselheiro já faz toda a sua vida política sem qualquer interferência. Portanto, pelo lado da legalidade estão estes fascistas-saudosistas seguros de que nada lhes acontecerá, pelo menos pela parte do Poder.

É neste contexto que aparece um partido que poderá preencher o espaço político para a direita fascista organizada, permitindo assim que o C. D. S. tenha espaço na posição centrista, e como tal, não declaradamente fascista ou fascizante.

Uma coisa é certa: eles estão ali... sem problemas, legalistas, e prontos para o que der e vier, para um fascismo ou para a sua preparação, e o Governo, o Poder deste País tudo vai permitindo, olhando para o avanço da direita e nada fazendo como resposta. Talvez os trabalhadores, se fartem de ver e comecem a ter necessidade de responder a provocações como estas...



Rapazote — Franco Nogueira — Marcelo



o regresso ao 24 de Abril

que aparecem personagens que tal como Kaulza de Arriaga achavam Marcelo Caetano demasiado liberal, as constantes manobras dos fascistas nas Forças Armadas, o regresso impune ao país dos mais notórios reaccionários e capitalistas, a presença opressora e ostensiva da GNR nos campos e nalgumas fábricas com os seus carros e metralhadoras como nos tempos de Salazar e Marcelo, as acções de despejo de moradores pobres, o aparecimento de uma mudança de jornais ainda mais venenosos do que antes do 25 de Abril, a reintegração de confessos reaccionários nos postos que anteriormente ocupavam — eis apenas algumas das outras facetas de todo um plano que, perante a passividade ou a conivência do actual poder político militar, pretende fazer de Portugal a curto prazo o Chile da Europa.

Para o PRP é claro que não basta dar aos «pides» o castigo que merecem para derrotar o perigo do fascismo. Mas também é verdade que o que se está a passar com os «pides» (há já casos de reintegração na PSP, para além das armas que já lhes foram distribuídas) é uma derrota para as classes trabalhadoras e para os revolucionários. Por isso entende o PRP ser imperioso multiplicar as formas de resistência contra esta afronta certo de que só uma forte movimentação de massas organizada pode evitar que a mais brutal das repressões, exploração e miséria se abata sobre os

e carros da GNR das cooperativas agrícolas, exijam o fim dos jornais que dão cobertura ao golpe fascista e aos assassinos da PIDE. Eis alguns dos objectivos imediatos pelos quais há que lutar.

Esclarecer e alertar em Assembleias de Trabalhadores ou de Moradores, através de comunicados ou até simplesmente através do contacto pessoal, criar e cimentar em torno destas lutas a mobilização dos antifascistas e revolucionários em cada empresa, em cada fábrica, em cada navio, no campo, nas escolas, nos bairros, eis um caminho para, recorrendo às formas de luta julgadas necessárias, transformar a provocação fascista num instrumento para o reforço e a organização dos trabalhadores, para a necessária e forte organização revolucionária de massas.

### A Direcção do PRP

18-1-77





dos trabalhadores

# PROFESSORES

## • Não ao referendo divisionista

O sector dos professores do PRP elaborou um comunicado em que são analisados o actual momento do Movimento Sindical Português e nomeadamente o referendo convocado pela Direcção do Sindicato dos Professores para o dia 19, sobre a participação ou não no Congresso dos Sindicatos.

**CAMARADAS:**

A situação política do País, neste momento, caracteriza-se pelo avanço das forças da direita fascista, na tentativa de uma ampla recuperação capitalista.

As leis que o Governo PS tem vindo a fazer aprovar são completamente contrárias aos interesses das classes trabalhadoras e as condições de vida dos trabalhadores vão se tornando cada vez mais difíceis.

É na deficiência de toda esta política reaccionária que se englobam as lutas pelo controlo sindical entre os reformistas e os sociais-democratas. Uns tentando levar a reboque as clas-

ses trabalhadoras e anular a força revolucionária de classe operária, outros defendendo a caldeirada de classes, da qual resulta o controlo dos trabalhadores pela burguesia.

A Direcção do Sindicato resolveu submeter a referendo a nossa participação no próximo Congresso dos Sindicatos. Trata-se de uma medida pseudo-democrática que na verdade conduz à divisão dos trabalhadores portugueses e a que, portanto, nos devemos opor.

Desde o 25 de Abril que a burguesia nacional e o imperialismo tentam infiltrar-se no movimento dos trabalhadores portugueses. Em Novembro de 74 a Federação Internacional dos Sindicatos Livres, com sede nos Estados Unidos e reconhecida ligada à CIA, promoveu um encontro em Lisboa em que pela primeira vez tentou lançar abertamente a sua manobra de infiltração. Falhada esta, e perdida a luta desenvolvida por essas forças contra a unidade sindical em Janeiro

de 75, surge então a chamada Carta Aberta. O imperialismo não desiste de obter em Portugal o que conseguiu na França e na Itália do pós-guerra — a criação de Centrais Sindicais paralelas.

A chamada Carta Aberta surge, pois, como tentativa de esmagamento do movimento sindical. Quando, mesmo utilizando esta tática do PS perde a possibilidade de discussão, a Carta Aberta, nitida manobra da direita, lança referendos que passam por cima das decisões dos trabalhadores, uma vez que impedem toda e qualquer possibilidade de discussão, permitindo apenas o direito de voto, prática perfeitamente antidemocrática que favorece o jogo de quem está interessado na divisão e controlo dos trabalhadores.

**Camaradas:**

A Intersindical é um organismo burocratizado e com uma estrutura antidemocrática, frequentemente utilizado como mera correia de transmissão do PCP. E há, sem dúvida, que transfor-

má-la Mas essa luta não passa, não pode passar, pela divisão dos trabalhadores e a adaptação da sua organização aos interesses do capital internacional.

Perante este estado de coisas, os professores militantes do PRP vêm manifestar publicamente o seu vivo repúdio pela decisão da Direcção do Sindicato que, não só já tinha aderido à Carta Aberta sem prévia consulta dos professores, como se lança agora nesta manobra referendista que, além de antidemocrática, é antiestatutária.

Camaradas: não fiquem calados e passivos perante mais esta afronta da direita.

Convoquemos reuniões sindicais nas escolas e rejeitamos massivamente o referendo.

- NÃO VOTEMOS!
- NÃO AO REFERENDO DIVISIONISTA!
- EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
- 16/1/77

# FUNÇÃO PÚBLICA

No momento em que os trabalhadores da Função Pública se encontram em luta contra a nova tabela de vencimentos, o sector da F.P. do P.R.P. distribuiu um comunicado alertando desde já para mais uma medida do actual Governo contra os trabalhadores deste sector:

Não deveria ser surpresa para nenhum de nós que o aparecimento da tabela salarial do Governo (fiel às regras de Salazar e Caetano) encobriria medidas contra os trabalhadores.

E elas não se fizeram esperar. Poucos dias após a publicação no Diário da República do aumento salarial «de molde a que os trabalhadores da Função Pública recuperem proporcionalmente o respectivo poder aquisitivo» (segundo o preâmbulo do D.L. 923/76), eis que é apresentado à discussão na Assembleia da República o projecto de aumento de horário para a Função Pública.

O que pretende o governo do PS com esta medida? «Repor o poder aquisitivo» ou, na verdade, diminuir o vencimento em relação ao aumento de horas de trabalho?

É que o aumento do horário de trabalho absorve completamente os 15 por cento de aumento salarial decretado.

Por outro lado, o Decreto-Lei 923/76 (aumentos salariais) faz referência ao crescimento do número de trabalhadores da Função Pública «por via do reforço do aparelho estatal e do crescente recrutamento que aquele tem vindo a acarretar...»

Perguntamos: não estará isto em contradição com o que o Governo afirmou sobre a existência do excedente de 150.000 trabalhadores?

Será assim que se porá fim às situações de subemprego que sabemos existir em muitos departamentos?

Pensamos que não é com estas medidas que se conseguirá fazer a tão necessária reorganização dos serviços. O que assim se consegue é, pelo contrário, fazer do aparelho de Estado uma estrutura cada vez mais pesada e burocratizada como reforço ao poder da burguesia exploradora.

Mesmo admitindo a hipótese da necessidade de um aumento de produtividade no nosso sector, perguntamos ainda: porque não se criam novos postos de trabalho quando existem neste momento em Portugal 400.000 desempregados e um número grande de colegas das ex-colónias para colocar?

Camaradas, Ontem a tabela salarial, hoje o aumento do horário e as outras medidas que se vão seguir exigem de todos nós uma constante mobilização para a luta.

Temos que ser firmes e exigir do Sindicato que os TFP não sejam utilizados como um grupo de pressão para dar força às negociações dentro dos gabinetes onde, geralmente, nada se resolve e que conduzem à desmobilização (lembre-mos-nos da luta pela revogação do 294/76).

Avancemos unidos para formas de luta concretas sem conciliações de espécie alguma.

- Contra o aumento do horário de trabalho e o falso aumento salarial!
- Contra a legislação fascista!
- Em frente pela Revolução Socialista!

# MINAS DA PANASQUEIRA

A Multinacional Beralt TIM and Wolfram Portugal, proprietária das Minas da Panasqueira, conseguiu uma importante vitória sobre os 600 trabalhadores do subsolo, quando no passado dia 14 conseguiu fazer com que grande maioria dos trabalhadores recebessem o salário com os descontos respeitantes às quebras de produção.

A luta dos mineiros iniciou-se em Novembro quando os retroactivos relativos ao CCT foram pagos.

Os trabalhadores não aceitaram o Contrato Colectivo que tinha sido elaborado em Julho pelo Sindicato livre dos Mineiros e para o qual não tinham sido ouvidos. Por isso, em fins de Novembro, num plenário realizado, os mineiros elaboraram um caderno reivindicativo e elegeram uma Comissão para negociar com o patronato.

Os trabalhadores enviaram então uma carta à administração dando-lhes conta do que ficou decidido em Plenário.

A resposta da administração não se fez esperar. A 7 de Dezembro comunicou aos trabalhadores a sua recusa em negociar, baseando-se nas disposições legais que atribuem aos Sindicatos a exclusividade nas negociações de Contratos Colectivos.

Em 21 de Dezembro os trabalhadores decidem iniciar uma quebra progressiva de produção que a administração vem a considerar ilegal, ameaçando numa carta responsabilizar os «agentes directos».

Quando nos princípios de Janeiro o Ministério do Trabalho intervém, realiza-se uma reunião entre os seus representantes e a Comissão eleita pe-

los trabalhadores, em que estes consideraram que o CCT não contempla as suas exigências mínimas. No dia seguinte o M.T. considera a greve incorrecta por se desenrolar desligada do Sindicato.

Nesse mesmo dia (6 de Dezembro) os trabalhadores decidem aumentar a quebra de produção para 60 por cento.

As reivindicações dos trabalhadores (salários que vão de 7500\$00 para aprendizes, até 12.500 para o chefe da mina) continuam sem ser satisfeitas, nem mesmo negociadas e em 12 de Janeiro a administração envia uma carta aos trabalhadores em que invocando «anteriores contactos com os Ministérios competentes» e a mensagem de Ano Novo do Presidente da República, declara a sua decisão de descontar 37 por cento nos salários, de instaurar processos individuais aos trabalhadores.

A disposição de pagar os salários com a respectiva redução tinha como único objectivo dividir os trabalhadores o que na realidade veio a conseguir, pois a grande maioria dos trabalhadores optou por receber os salários e aqueles que poderiam vir a continuar a luta correm o risco de serem isolados.



# FUNÇÃO PÚBLICA

## • Trabalhadores em luta

Os trabalhadores da Função Pública encontram-se mais uma vez em luta. Não é esta uma luta em que o carácter de reivindicação económica tenha um papel preponderante, ainda que as causas assentem em aspectos económicos. Diríamos mesmo que esta luta vem novamente pôr na ordem do dia a forma como o Governo tem legislado a seu bel-prazer, em questões em que os trabalhadores são os mais directamente interessados.

É o caso dos funcionários públicos e das classes directamente ligadas à administração pública, que continuam sujeitos à discriminação do poder governamental. São mais de 200 000 trabalhadores envolvidos em luta pelos direitos mais elementares que lhes assistem.

### OS MOTIVOS

Os motivos directos da actual luta na Função Pública situam-se na recente proposta governamental que estipula o aumento salarial de 15 por cento para todos os funcionários públicos.

O facto de o Poder Político resolver aplicar um aumento salarial a estes trabalhadores, é o reconhecimento implícito da situação de inferioridade em que a classe se encontra. No entanto, curiosamente, resolve também o governo atribuir o aumento em função de uma percentagem. O que é sintomático da forma como este governo encara os problemas dos trabalhadores.

Todos sabemos como o regime fascista usava este expediente para manter e dilatar as diferenças salariais, muitas vezes de trabalhadores com as mesmas atribuições profissionais. Os objectivos eram vários, mas podem-se resumir à tentativa de hierarquização social, que trazia consigo a necessidade do fascismo ter de dividir os trabalhadores para melhor os dominar. Pois agora, é o tal governo «Socialista» de Mário Soares que aplica o mesmo estrategema! E sem consultar sequer os trabalhadores. Para quê, se até são os seus melhores «defensores»!...

### OS ANTECEDENTES

Como já acentuámos, não vem de agora, com a actual luta, a tentativa dos trabalhadores da Função Pública se libertarem das formas de exploração em que estão envolvidos. A luta remonta a muito antes do 25 de Abril. Mas é com o actual governo que ela se agudiza.

Já em 15 de Junho os funcionários públicos promoveram uma concentração que tinha como objectivo fundamental, a contestação do decreto lei 294/76 que criava o quadro de adidos. Justificando esse decreto-lei com a necessidade de reestruturação administrativa, o governo colocou os trabalhadores numa difícil situação. E isto porque aqueles que fossem abrangidos por esta medida, veriam reduzidos os seus salários em 40 por cento, além de que poderiam ser colocados onde a administração pública bem endendesse. Para já não falar de que a

recusa significativa a demissão (e o desemprego) por justa causa!...

Foi contra esta e outras medidas, como o artigo 50.º do decreto lei 215/B/75 que estabelecia que o direito de Associação sindical dos funcionários públicos seria regulamentada em lei especial, que estes se ergueram.

Daqui, nasceu a força de que os trabalhadores da Função Pública não abdicam, sabendo como sabem que a razão está do seu lado.

### A LUTA ACTUAL

Entretanto, como recente aumento salarial de 15 por cento chegamos à fase actual da luta. Por um lado os trabalhadores têm consciência que não é com um aumento que apenas atinge metade do aumento de custo de vida, que vão fazer face a esse mesmo custo de vida. Por outro lado a distorção salarial que esse aumento vem agravar, afecta (douta forma) ainda com mais profundidade, a própria consciência dos trabalhadores e dos seus mesmos anseios, contrariando a luta de todos os trabalhadores Portugueses, após o 25 de Abril pela redução do leque salarial.

Aquando da anterior luta em Junho de 76, em declarações prestados ao jornal «Expresso», o secretário de Estado da Administração Pública; Rui Amaral, dizia que os funcionários públicos estavam claramente desfavorecidos em relação ao restante sector público ou nacionalizado. E acrescentava que cada vez estariam mais, à medida que o tempo decorria!... Pois é, depois acusem os trabalhadores de má vontade.

Aliás, o governo deposita tamanha confiança (?) nos trabalhadores que até se dá ao luxo, que já se vem tornando habitual, de nem sequer lhes pedir opinião. Talvez ele pense que o insulto não tem resposta, mas os trabalhadores não deixarão os seus direitos em mãos alheias e se encarregarão de dar-lhe a devida resposta.

### UMA NOVA PROPOSTA GOVERNAMENTAL

Como se as actuais medidas governamentais não chegassem, propôs-se

o governo apresentar um novo esquema de horários para a função pública.

Também suficientemente esclarecedora das intenções do Poder. Do ponto de vista estratégico esta proposta vem no sentido de anular praticamente o anterior aumento salarial, na medida em que impõe à maioria dos trabalhadores, um aumento do tempo do trabalho de pelo menos mais 4 horas por semana.

Enquanto os trabalhadores que faziam mais de 40 horas semanais, e que se situam nos sectores operários

da Função Pública, continuarão a trabalhar com o mesmo horário. Quer isto dizer, que o governo dum assentada, anula o já escasso aumento salarial, e deixa um antecedente para que nas empresas os padrões reponham os antigos horários, aumentando desta forma os lucros e diminuindo os salários dos trabalhadores. Se os trabalhadores deixarem que tal se verifique!... Isto é, se não compreenderem que a sua força é imparável e a única capaz de construir um novo poder — O Poder Proletário.



## CONCENTRAÇÃO EM S. BENTO

No prosseguimento da luta que os funcionários públicos vêm travando, realizou-se na última terça-feira uma concentração frente à Assembleia da República.

Esta forma de luta mobilizou largos milhares de trabalhadores, que acorreram gritando várias palavras de ordem contra a miséria do aumento decretado pelo Governo. A manifestação teve como objectivo fundamental a entrega de uma petição assinada por cerca de 60 mil funcionários públicos ao presidente da Assembleia. Nessa petição estão expressos os pontos fundamentais de repúdio pelo Decreto-Lei 923/76, e que se baseiam na declarada distorção salarial que irá provocar, na clara insuficiência do aumento que apenas beneficiará as classes mais altas, e o desconhecimento total que os trabalhadores tiveram dos princípios (?) que orientaram a elaboração da lei.

Também faz parte dessa petição uma proposta dos trabalhadores que vem alterar substancialmente o sentido dado à proposta governamental. E sobretudo, vinca bem a disposição dos trabalhadores em prosseguir a luta até à satisfação total dos seus direitos.



## dos trabalhadores

# EX-CLÍNICA DE SANTA CRUZ - TRABALHADORES EXPULSOS PELA GNR

Cerca de 130 trabalhadores que ainda permaneciam na ex-clínica de Santa Cruz, empresa intervencionada, mas que contra vontade dos trabalhadores continuava parada, viram as portas do seu local de trabalho seladas no dia 13 deste mês, depois de uma força da G.N.R. ter aparecido na tarde do dia anterior já depois da hora da saída e ter declarado o encerramento do estabelecimento hospitalar.

Esta luta vem já desde o 25 de Abril, primeiro pela aplicação do salário mínimo nacional, posteriormente com a expulsão dos médicos-patrões e consequente ocupação pelos trabalhadores, e numa fase seguinte pela entrada em funcionamento das instalações com aproveitamento total dos apetrechos existentes.

Esse funcionamento nunca se veio a verificar, devido a sucessivos adiamentos da Secretaria de Estado da Saúde que, entretanto, ia avançando propostas perfeitamente descabidas de funcionamento, que iam desde a passagem, para a clínica, da Maternidade Magalhães Coutinho até à passagem do serviço de «Banco» do Hospital de S. José, isto quando a clínica possuía material altamente avançado de cardiologia, Raio X, etc. que, caso fossem postas em prática as sugestões da Secretaria de Estado da Saúde, ficaria sem utilidade absolutamente nenhuma e continuaria «embrulhado em caixotes».

De há uns tempos para cá, os trabalhadores vinham sendo colocados nos Hospitais, Cívis de Lisboa, segundo determinação de um decreto-lei e chegaram a ser colocados perto de 120 trabalhadores. É nessa altura que a G.N.R., com ordem da Secretaria

de Estado da Saúde, invade a ex-clínica e declara através de um oficial o seu encerramento.

Neste momento é prometido aos trabalhadores o pagamento do salário de Janeiro, nada se sabendo sobre os seguintes, se bem que permaneça a hipótese da continuação das colocações nos Hospitais Cívis de Lisboa.

## O QUE SE PRETENDEU

A Secretaria de Estado da Saúde que se tem mostrado ao longo do processo fiel defensora dos interesses da burguesia nacional, e os ex-patrões (75 médicos) que se encobrem por trás dessa Secretaria, viram finalmente os seus desejos satisfeitos, pois aos trabalhadores neste momento, desprezados uns, já colocados em diversos sítios outros, é-lhes muito mais difícil a organização para lutar contra mais este passo dos patrões e encontrarem formas de luta como conseguiram fazer nestes dois anos.

Mas os explorados não desistem e muito menos quando daí depende a sua subsistência, a creche de seus filhos ou a sua própria casa, como é o caso de 12 trabalhadores que habitavam na clínica e foram desalojados.

# GADOR

Recebemos do conselho de trabalhadores da GADOR um comunicado em que se alerta «para mais decretos de lei antioperários, que o Governo dito Socialista, acaba de pôr cá para fora».

O comunicado refere-se concretamente ao Decreto-lei 84-C/76, «que dá possibilidade ao patrão de despedir trabalhadores, baseando-se na falta de produção ou na falta de obediência hierárquica»; ao decreto-lei que saiu no dia 17/12/76 que «permite aos patrões que considerem as empresas em dificuldade financeira e depois de reconhecidas pelos ministros, respectivos impor o Salário Mínimo Nacional»; e ao decreto-lei das quotizações «que dá possibilidades aos patrões de não serem obrigados a enviar as quotizações dos trabalhadores para os Sindicatos». Este decreto-lei é segundo os trabalhadores da GADOR, uma tentativa do patronato de dominar os trabalhadores impedindo-os de se organizarem.

O comunicado termina com uma pergunta e uma resposta que transcreevamos: «Mas será camaradas, que nós vamos nesta cantiga? De certeza que não! Mas para isso precisamos de estar vigilantes e lutar com fervor pela revogação de todos os decretos antioperários! Camaradas, vamos-nos unir e organizar e construir neste país que é nosso uma sociedade mais justa, a Sociedade Socialista!»

«Não aos despedimentos! Sim ao trabalho! Não à legislação antioperária!»

«Morte ao capitalismo! Viva o socialismo! Sim a sindicatos fortes e combativos!» Lembramos que os trabalhadores da GADOR depois de terem em Junho de 1976 ocupado as instalações da empresa durante 9 dias e 9 noites e em Outubro/Novembro terem paralisado durante quatro semanas, realizada uma concentração no Governo Civil e uma manifestação para o Ministério do Trabalho e conseguiram obter uma importante vitória na luta que já vinham a travar há mais de dois anos. A força da luta que travaram pelo direito aos salários e ao trabalho terminou com uma vitória dos trabalhadores que conseguiram um subsídio da Secretaria de Estado do Emprego para o pagamento dos salários em atraso desde há quatro meses.

O comunicado distribuído pelos trabalhadores no final dessa luta acentua da seguinte forma a importância que teve a solidariedade de outros trabalhadores para a vitória alcançada: «Mas amigos e camaradas os nossos agradecimentos pela solidariedade operária que existiu não pode ficar por simples palavras! Os nossos melhores agradecimentos a todos os explorados serão dados no dia a dia, pela luta feroz ao capitalismo e pela construção de uma sociedade verdadeiramente Socialista!...»

## DOS LEITORES

Continuação da pág. 2

Ihoss revolucionários fortemente contestados pelo M. E. S., que à falta de posição se limitou a lavar as mãos, como Pilatos. Neste aspecto não é necessário falar da U. D. P., que, evidentemente como organização Stalinista nunca poderia apoiar o poder da classe.

Poderemos assim concluir que todas as organizações com mais implantação e à esquerda do P. C., para não citar este por desnecessário, são na realidade inimigas políticas do projecto político que o P. R. P. é portador. Aqui, nesta hora e neste momento em Portugal a esquerda revolucionária é o P. R. P. e o restante oposição frontal e declarada: no fundo uma tentativa desesperada de fazer parar a História — fabricar teses que justifiquem que a estabilidade democrática-burguesa é uma coisa para durar longos anos... Então se o projecto

político do P. R. P. aparece com uma clara finalidade, que razões se vislumbram para pseuofrentismos de «massas» que na prática não são mais que frente de partidos e que para o P. R. P. significa ficar entalado no reformismo mal cheiroso? Será tentativa de levar os «parceiros» ao bom caminho?

É por demais evidente que nenhum dos possíveis «parceiros» estão em condições de apoiar seja o que for. Apoiar na dinâmica do P. R. P. significa avançar para formas organizativas mais completas que visam o Poder. É a situação objectiva em Portugal, verdadeiramente aguda ao nível das lutas de classes, que no fundo impedem qualquer acção conjunta com o centrismo/reformismo. Esta é a verdade! Os procurados «parceiros» não têm campo de manobra e pouco mais poderão avançar sem cair na es-

fera política do P. R. P. Esta é a explicação para condutas bem recentes...

Que outra explicação se poderá encontrar para as «frentes» M. E. S./U. D. P. ao nível de Congressos ou qualquer reunião conjunta? a finalidade é uma só — enfrentar as teses do P. R. P. Claro que isto é feito através da subtilidade do ataque ao «radicalismo» e «aventureirismo» do P. R. P.

Sabe-se como é e como anda o movimento operário pelo mundo fora: bem nas mãos da pequena burguesia... sem qualquer opção, ainda por cima!

Concluo que a realidade não há qualquer possibilidade de actuação conjunta com outras organizações políticas, do género que tenho falado até aqui. Qualquer ligação será sempre uma cedência do P. R. P. Será um recuo e contribuirá para a manutenção de

ilusões legalistas e eleitoralistas na classe.

Entendo que o P. R. P. não pode ceder e mutilar o seu programa para contentar o reformismo à mesa das negociações. São negociações em que o P. R. P. perde sempre e em todos os sentidos.

É necessário não esquecer quando no Congresso dos G. D. U. P.'s um representante da U. D. P. ameaçava — dirigindo-se ao P. R. P. — «aqueles que se isolam das massas estão condenados a serem marginalizados», estava de facto a denunciar um gigantesco oportunismo político; o hábito de aproveitar e andar ao sabor da espontaneidade «populista» — a incapacidade para dirigir um ataque.

Será talvez o momento de perguntar se, perante a negação das outras organizações políticas em organizar a classe para que esta tome o Poder,

tem o P. R. P. feito esse papel?

Ao nível organizativo tudo indica que não. Parece esbarrar com uma constante dificuldade em pôr em prática as conclusões teóricas. Realmente não se resolve qualquer problema dizendo: «nós bem dizíamos, se não fizerem a Revolução terão o fascismo». Tudo isto parece como que uma atitude paternalista perante a classe, como quem diz: «eu bem os avisei, não reagiram e agora têm o fascismo à porta».

Camaradas: militar no P. R. P. é difícil e só deve ser reservado aos melhores da classe. Ser simpático do P. R. P. só por si representa uma grande opção, se comparada com outras organizações. O projecto político do P. R. P. não é fácil de entender para as massas operárias, que primariamente são mais receptivas às «facilidades» do reformismo. Actuar e di-

zer que o P. R. P. existe é prioritariamente formar quadros completos dentro da classe, multiplicando as células nos locais de trabalho. Células de bons quadros é uma via para o crescimento em qualidade.

Sem crescimento em qualidade a capacidade de intervenção será quase nula em todos os sectores. Não existem nos momentos oportunos dentro da classe para conduzir estas a formas superiores de luta. Normalmente todas as lutas operárias acabam por cair na alçada do reformismo ou dos grupos neonazis, assim tem sido até agora.

Fazer a Revolução é uma necessidade magnífica. Mantê-la é uma obra titânica que a História exige aos revolucionários.

Saudações revolucionárias.

UM LEITOR  
— TAVIRA



# A MULHER É UM ELEMENTO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE

O «Revolução» divulgará neste número um documento do Comité Central da FRELIMO elaborado ainda em pleno processo de Luta de Libertação Nacional. Nele é analisado o papel político e social da mulher no sentido da construção duma sociedade nova.

Pensamos que, salvaguardando o facto das estruturas económicas e culturais dos dois povos diferentes, esse documento levanta questões que são prementes em Portugal.

«Promover a emancipação política, social, económica e cultural da mulher moçambicana; realizar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; encorajar a mulher moçambicana a participar cada vez mais na luta de libertação nacional». Esta preocupação existia desde o momento da constituição da FRELIMO.

## A VERDADEIRA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Mas o combate pela emancipação da mulher é acima de tudo uma das formas de combate contra a exploração do homem pelo homem, ou neste caso diríamos com mais propriedade, a liquidação da exploração económica e social da mulher pelo homem.

Na medida em que um ser que oprime não é livre o homem moçambicano não será livre enquanto qualquer forma de opressão ou exploração continua a pesar sobre a mulher.

Por esta razão a FRELIMO a engajou profundamente neste combate. Tanto no momento da constituição da FRELIMO como durante a preparação da luta armada de reconstrução nacional, as mulheres moçambicanas deram uma contribuição activa, ajudando e protegendo os primeiros combatentes, trazendo informações sobre os movimentos do inimigo, sabotando as vias de comunicação das forças inimigas. Uma das decisões mais importantes tomadas com vista a acelerar a emancipação da mulher foi a criação do Destacamento Feminino no seio das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Este facto e a participação efectiva das mulheres no Destacamento Feminino, para além da limitações e insuficiências que teremos ocasião de verificar, representa um marco histórico na condição da mulher moçambicana, uma ruptura brusca mas tornada imperativa por séculos de opressão a que se contrapunha o desencadeamento da luta armada de libertação nacional.

Dentro deste processo — a luta armada — que constitui a resposta histórica do nosso povo à dominação colonial, a mulher moçambicana esteve presente através do Destacamento Feminino.

Antes de tudo a mulher moçambicana afirma-se como elemento político armado. No combate armado em que ela participa fraternalmente ao lado do homem, a mulher afirma-se como elemento transformador da sociedade.

Ao visar o soldado colonialista na mira da sua arma, a mulher moçambicana visa a destruir uma muralha que persiste em se opor ao desmoronamento de uma forma de sociedade que a sua consciência política rejeita, e que se apresenta como um obstáculo na via da sua libertação e da do seu povo.

Ao mesmo tempo ela apresenta-se como um agente da difusão de ideias novas, tanto através de trabalho de

migo visível, o colonialismo português, mas também na edificação de uma nova sociedade por sobre as ruínas da sociedade destruída.

Deste modo a mulher moçambicana tem podido dar uma contribuição de grande relevo à luta de libertação. A prática revolucionária mostrou as grandes capacidades, talento e espírito de sacrifício das mulheres moçambicanas.

## OS OBSTÁCULOS A TRANSPOR

Contudo a prática revolucionária também nos mostrou que a participação plena da mulher no combate libertador deparava com obstáculos que derivavam da sua condição de mulher. É bem claro que se não tratava de obstáculos físicos: a experiência mostrou que as mulheres têm capacidade física para participar em qualquer tarefa da luta.

Os obstáculos a que tínhamos de fazer face eram de natureza social, provinham da situação passiva em que

Ao nível da mulher, a maior dificuldade encontrada é o facto de que a própria mulher integrou na sua mentalidade e no seu comportamento a convicção da sua auto-inferioridade. Convencida de que a sua posição é de dependência necessária em relação ao homem, a mulher moçambicana toma uma atitude passiva perante a sociedade: no quadro da nossa Organização isso traduz-se por falta de iniciativa, tanto na solução dos problemas gerais como daqueles que lhes dizem particularmente respeito.

Ao nível da participação concreta, o peso dos mitos manifesta-se de várias formas. Tomaremos um dos exemplos mais significativos. Por vezes as mulheres que participam no Destacamento Feminino consideram essa participação não uma atitude normal e permanente mas um momento excepcional na sua vida. Dois ou três anos mais tarde, as militantes do Destacamento Feminino abandonam as fileiras do Exército e regressam às famílias para casar, ter filhos e permanecer em casa pois é esta a função social que elas consideram ser-lhes destinada. Se tomarmos este exemplo é para mostrar que mesmo no seio das mulheres cujo nível político é mais avançado e cuja integração na luta é bastante grande o peso das tradições persiste.

## O COMBATE IDEOLÓGICO

Isto é, os mitos e preconceitos que a sociedade criou para justificar a dominação da mulher encontram-se hoje profundamente incrustados na mentalidade da própria mulher, do mesmo modo como o colonialismo impregnou a mentalidade de certos moçambicanos da convicção da inferioridade natural é inultrapassável do homem negro.

Por isso mesmo o combate contra todas as concepções reaccionárias sobre o papel da mulher, que é um combate ideológico, deve merecer uma importância particular. É necessário demonstrar que o papel da mulher não é exclusivamente o de procriar e trabalhar no quadro da família. E se hoje aparece para muitos como sendo incontestavelmente esse, é porque a sociedade, através da sua evolução histórica, relegou a mulher nesse papel.

Ao nível do homem, muitos são os preconceitos mas sobretudo os interesses que os levam a opor-se à emancipação da mulher. Isso manifesta-se mesmo no seio de militantes da FRELIMO. As causas podem ser facilmente detectadas: influência da sociedade tradicional, isto é, das ideias antigas, defesa dos seus privilégios.

Para esses militantes, fundamentalmente, o combate pela emancipação da mulher aparece como um aspecto acessório da nossa luta, isto é, estes camaradas não compreenderam plenamente que o combate pela libertação da mulher da dominação social e económica imposta pela sociedade tradicional e pelo colonialismo são uma parte integrante e indispensável do combate global pela liquidação da exploração do homem pelo homem.



mobilização que ela realiza no seio das populações como através do exemplo da sua própria presença activa que contribui para destruir muitos mitos sobre a inferioridade da mulher. Por isso mesmo, a militante do Destacamento Feminino joga um papel fundamental na libertação do potencial das massas, às quais a sua participação e exemplo revelam capacidades de acção até então insuspeitas, abrem horizontes novos e criam uma visão mais vasta das coisas.

O papel de agente de transformação da sociedade não se circunscreve ao combate armado nem é exclusivo das militantes do Destacamento Feminino. Mas merece ser relevado porque ele tem o significado de uma participação de primeiro plano, sem limitações, na luta de libertação. A participação da mulher manifesta-se através da luta pela destruição do in-

ferioridade da mulher e que o colonialismo agravava. Estes aspectos particulares da sociedade moçambicana tinham sido relegados ao segundo plano durante a dominação colonial, isto é, tinham sido submergidos pela contradição principal entre o colonizador e o colonizado. Mas elas emergiram (vieram à superfície) quando no processo da luta, em particular nas zonas libertadas, a sociedade moçambicana retomou plenamente a sua vida.

Essas insuficiências manifestam-se de várias maneiras, que embora sendo impossível analisar aqui completamente, devem merecer a nossa atenção.

Podemos dividir estas dificuldades em vários tipos: as que provêm da própria mulher, as que provêm da reacção e dos comportamentos dos homens.



# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

## MENSAGEM AO EMBAIXADOR DA REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Na passagem de mais um aniversário do desaparecimento físico do camarada Amílcar Cabral, leader incontestado dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, figura de revolucionário africano que se impôs pela sua coragem e clarividência aos olhos do mundo e que, à cabeça do PAIGC, dedicou toda a sua vida militante à luta contra o colonialismo e o imperialismo, contra a exploração e a miséria, o PRP vem testemunhar-lhe, e através de si ao povo da Guiné-Bissau, ao PAIGC, ao Governo da Guiné-Bissau e ao camarada Luis Cabral, o reconhecimento vivo por toda a obra de Amílcar Cabral que o vil assassinato não pôde nem poderia apagar.

É hoje realidade fundamental dos objectivos por que sempre lutou Amílcar. Não o é, no entanto, na sua totalidade, já que a sua figura de revolucionário até às últimas consequências não é compatível com a exploração e a opressão a que continuam submetidos povos inteiros. E assume especial significado este aniversário da sua morte, por voltarem à cena de forma ameaçadora, em Portugal, aqueles que lhe roubaram a vida, e aos revolucionários do mundo inteiro a sua inestimável colaboração.

A ameaça fascista que paira sobre os trabalhadores portugueses, e que ameaça pôr em causa as relações fraternas e internacionalistas com o povo da Guiné-Bissau, objectivo por que sempre se bateu Amílcar, constitui razão para um, se possível, maior empenhamento militante do Partido Revolucionário do Proletariado na luta contra o inimigo comum e com vistas a um Portugal socialista.

Saudações revolucionárias  
A Direcção do Partido Revolucionário do Proletariado,

Lisboa, 19.1.77

## Lei do Arrendamento Rural possíveis alterações

Numa reunião entre uma delegação do MARN (Movimento Autónomo dos Rendeiros do Norte) e o Secretário de Estado do Fomento Agrário, realizada em Lisboa no passado dia 11, foram confirmadas por este último alterações à Lei do Arrendamento Rural.

Estas alterações, por um lado, poderão pôr em causa a Lei que segundo o MARN trouxe aos rendeiros do Norte enérgicos benefícios e, por outro, virão favorecer as forças que mais a têm contestado, os senhorios e os caciques que sempre têm explorado os rendeiros.

Nas alterações consta a decisão de estabelecer um critério regional para a aplicação das rendas. Aplicação essa que segundo o MAP (Ministério da Agricultura e Pescas) revestirá dois aspectos distintos consoante diga respeito a senhorios ricos ou pobres.

Uma «inovação» interessante é a do Ministério pretender que nas Comissões Arbitrais venham a participar elementos das cooperativas existentes na zona.

Súbito apoio do MAP às Cooperativas?

O que se passa é que no Norte, onde as Cooperativas são na sua quase totalidade compostas por senhorios reacçãoários e exploradores e têm um claro carácter capitalista há que contar com elas e apoiá-las. No Sul, onde a sua estrutura foge ao esquema capitalista há, naturalmente, que atacá-las.

De qualquer modo as alterações ainda não foram promulgadas e o MARN está disposto a lutar pelas conquistas que os rendeiros já alcançaram ao longo do processo port-25 de Abril.



## EDITORIAL

Há uma contradição entre o apoio ao Governo PS manifestado por sectores de direita e certas medidas de precipitação da crise, como a de suspensão de Rosa Coutinho

Na verdade o apoio ao Governo PS manifestado pelo CDS e por sectores afectos a esse partido, significa uma tática de prolongamento da actual situação, de modo com certeza a possibilitar um ganhar de forças à direita. O Governo PS é pois o Governo que serve de momento, de modo a não se precipitar uma crise na qual a direita não está certa de ganhar. Só assim se compreende este suporte ao Governo que vai desde as declarações de Amaro da Costa, ao tom geral dum «Tempo» ou dum «Expresso», passando pelas declarações generalizadas de desagrado pelas declarações de Sá Carneiro em Espanha. Por sua vez o Governo PS vai adaptando este apoio, fazendo a viragem à direita que não tem deixado de fazer desde que tomou posse. Dentro dessa medida há que esperar remodelações ou reajustamentos que permitam limpar do Governo os últimos vestígios de qualquer coisa que se pareça com «Socialismo». É assim que Marcelo Curto deve ter os seus dias contados como ministro.

De qualquer modo o Governo PS é durável até Abril, altura em que terá que submeter à Assembleia da República o plano do Governo para quatro anos. Nessa altura a direita reverá as suas possibilidades de assalto ao Poder.

Contraditoriamente com esta atitude de apaziguamento em relação ao Governo, a direita toma medidas drásticas em relação às Forças Armadas.

A limpeza dos elementos progressistas de todos os lugares operacionais continua a um ritmo assustador, que tornará possível a curto prazo — a garantia dumas Forças Armadas em coesão com ideias de extrema-direita. Claro que existem ainda hoje oficiais antifascistas (nuitos deles ligados à tendência dos «nove») que dificultam as movimentações da direita. Mas o sentido da reestruturação das Forças Armadas é o de colocar homens de direita nos lugares chaves. A recuperação dos saneados do 25 de Abril e dos envolvidos pelo Golpe do 11 de Março são uma constante.

A suspensão de Rosa Coutinho vem culminar esta avançada de direita, este programa de limpeza que está a ser levado a cabo.

Sabe-se no entanto que esta suspensão não foi aprovada no Conselho de Revolução, onde uma maioria moderada garante que as decisões não coincidem com a extrema-direita. A decisão de suspensão foi pois unilateral da parte do Chefe de Estado Maior da Armada.

A extrema-direita considera assim que o Conselho da Revolução começa a ser um impecilho à sua avançada. É começa a contestá-lo.

Perante esta situação pode dizer-se que nem tudo está perdido, isto é, que o fascismo ainda não tomou o Poder, que ainda não se instalou.

Por isso, e dado o impasse a todos os níveis, os trabalhadores e os revolucionários têm que encontrar formas actuais de organização que garantam que este tempo é aproveitado em favor da Revolução. Essas formas de organização têm que passar pela unidade, mas uma unidade que tenha garantias de ser revolucionária e de ser duradoura e eficaz. O suicídio dos GDUP saiu-nos a todos demasiado caro, para que não se tirem lições dessa pequena história da História.

## EM APOIO À LUTA DO POVO BRASILEIRO

COMÍCIO — SEXTA-FEIRA, 21, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS  
ENTREGA DE MAIS DE 30.000 ASSINATURAS  
À EMBAIXADA DO BRASIL

Numa conferência de Imprensa realizada no passado dia 18 e promovida pela Comissão Organizadora do Comício, foi feito o balanço da campanha que se desenrolou, a nível nacional e internacional de protesto pelo assassinato de três antifascistas brasileiros e exigindo a libertação de outros doze presos na mesma altura.

Foi anunciada a recolha de mais de 30.000 assinaturas para um documento que circula por todo o País e que é entregue hoje, quinta-feira, na Embaixada do Brasil, juntamente com moções aprovadas em Sindicatos e em Assembleia de Trabalhadores.

Esta campanha culminará com um comício, a realizar amanhã dia 21 no Pav. dos Desportos.